

## ***7 Tempo***

# ***“Trabalhadores do Brasil” e “peões”: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários \****

Marco Aurélio Santana e Regina Malta Nascimento \*\*

### ***Introdução***<sup>1</sup>

O presente trabalho visa analisar de que forma duas gerações de um mesmo grupo social constroem e reconstroem seu passado e seu presente militante, discutindo também as construções que uma faz da trajetória da outra. O grupo estudado pertence à categoria dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, para os quais o golpe militar de 1964 foi um marco histórico de distinção entre as duas gerações, delimitadas da seguinte forma: uma é aquela cuja atuação se deu entre 1947 e 1964, fase do processo de luta pela “reconquista” do sindicato após a intervenção sofrida durante o governo Dutra (1947/1950) e que permaneceu à frente da entidade de 1953 a 1964; a outra é a geração do “novo sindicalismo”, que se formou na “movimentação silenciosa” no interior das fábricas ainda sob a ditadura militar e emergiu nos grandes movimentos grevistas de fins

---

\* Recebido para publicação em julho de 1997.

\*\* Marco Aurélio Santana é Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (DEHIS/UFOP) e Regina Malta Nascimento é pesquisadora do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/IFCS/UFRJ).

<sup>1</sup> A versão inicial deste trabalho foi apresentada no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, em 1994. Ele se baseia em pesquisas realizadas durante o período 1988-1991 e que deram origem às nossas dissertações de mestrado, apresentadas ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ: Marco A. Santana, *Partido e militância sindical – A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964)*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 e Regina M. Nascimento, *Peões e trabalhadores do Brasil - Novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1993. Gostaríamos de agradecer o incentivo que nos foi dado por Elina Pessanha e Ângela de Castro Gomes, dedicando-lhes este artigo. Somos gratos também aos pareceristas de Tempo pelas sugestões feitas ao texto.

da década de 1970, constituindo-se em oposição até chegar à direção do sindicato em 1987.

Apesar de integrarem a história de um mesmo grupo e de terem compartilhado o mesmo espaço físico – o prédio da entidade –, há uma grande distância entre estas duas gerações. Além do fato de que, ao tempo da pesquisa, uma se encontrava no Grêmio dos Veteranos e a outra na sala da direção do sindicato, as duas gerações eram separadas por representações distintas, que dificultavam seu contato, causando mesmo certos “desentendimentos”.

O recorte geracional por nós realizado se sustenta em substratos históricos ou sociais, sendo marcado por temporalidades particulares, indo além do dado etário e considerando que, apesar de os grupos estudados terem atuado em momentos distintos dentro do período, às vezes inclusive com posições diferenciadas, compartilharam visões e símbolos que davam sentido às suas ações, as identificavam, e que ainda hoje, ressaltadas as diferenças, servem de base para suas construções e reconstruções, isto é, de alguma forma, ainda as identificam. Como indica Karl Manheim, os indivíduos, ao pertencerem a uma mesma geração assim definida, são dotados

de uma localização comum no processo social e histórico, que os limita a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os para certo modo característico de pensamento e de experiência e para um tipo de ação historicamente relevante.<sup>2</sup>

Em nosso estudo pudemos perceber além deste “horizonte comum” a uma geração, as continuidades e rupturas estabelecidas no processo de troca e relação geracional em um mesmo grupo. Tom Bottomore assinala a importância deste escopo. Segundo ele, Manheim pensava que a criação cultural em particular, dependia, em grande parte, deste fluxo de novos indivíduos que estabelecem um contato recente com a herança acumulada, que

‘significa sempre uma relação mudada de distância do objeto para uma nova abordagem na assimilação, no uso e no desenvolvimento do material oferecido’. Neste caso, portanto, pela elaboração de novas idéias e valores, as gerações mais jovens desempenham visivelmente um papel na desestruturação e reestruturação da sociedade; mas podem fazer isso de outras maneiras relacionadas, interpretando diferentemente os papéis e assim, eventualmente, produzir uma nova organização dos papéis, formando novos grupos que se empenham em tipos diferentes de ação, etc. Estas conseqüências da sucessão de gerações não têm sido ainda exaustivamente estudadas, mas sua importância é evidente.<sup>3</sup>

Para toda uma geração de militantes metalúrgicos que atravessou a década de 1950, o movimento militar de 64 significou a interrupção de sua trajetória de militância, inaugurando uma outra, de prisões, exclusão, banimento e fugas, obrigando muitos a passarem por situações limite de interrogatórios e violência policial. Estado de coisas que só se abrandaria com o fim do regime militar e o resgate das liberdades democráticas. Se interrompeu a atuação daquela geração, o golpe militar empreendeu transformações na sociedade brasileira que foram engendrando em seu bojo uma nova

<sup>2</sup> Citado por Tom Bottomore, “Estrutura e história”, in Peter Blau (org.), *Introdução ao estudo da estrutura social*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1977, p.179.

<sup>3</sup> Id., *ibid.*

geração de militantes.<sup>4</sup> O novo momento econômico, social e político trazia consigo o que seriam novos agentes, práticas, símbolos e visões identitárias.

No momento posterior ao golpe, em meio ao recrudescimento cada vez maior do regime em fins da década de 1960, sem espaços para a ação política, o movimento sindical submerge, só aparecendo pontualmente, e cede lugar às ações guerrilheiras dos grupos da esquerda armada. Estes grupos partiam de uma crítica radical às concepções e práticas do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que teriam levado à fragilização do movimento de massas frente ao golpe militar, possibilitando que o mesmo se desse sem reação. Alguns militantes operários do pré-64 se integraram à guerrilha, outros permaneceram totalmente desarticulados, ainda que atuantes nas fábricas, e muitos frente, à perseguição e às dificuldades do partido diante do golpe, foram presos e/ou viveram anos totalmente clandestinos e politicamente inativos.

Em meados da década de 1970, com a crise do regime militar e a conquista de aberturas para a ação política, uma nova geração de militantes sindicais começa sua intervenção. Formada nas lutas no interior da fábrica durante o período de silêncio imposto pela ditadura, os que dela faziam parte tinham origens diversas, alguns inclusive sendo egressos dos grupos clandestinos ou da militância religiosa. A sociedade brasileira era então radicalmente diferente da que presenciara o golpe, embora pela força da modernização conservadora, e este sindicalismo emergente, correlato às mudanças, também se supunha radicalmente “novo”, buscando se esquivar dos “erros do passado”, do “velho sindicalismo”.

Este tipo de distinção e separação radical entre o “velho” e o “novo” sindicalismo acabou por se tornar uma visão corrente, tanto para a produção sociológica do período como no interior do movimento sindical, em um esforço redobrado onde teoria e prática se conjugavam na cunhagem de uma identidade. Esse processo encontrou campo fértil para seu enraizamento em nossa sociedade, onde o rótulo do “novo” parece ter poderes místicos (Estado Novo, Nova República, Brasil Novo, Nova Esquerda ...) e quase sempre é desvinculado do momento anterior, mas sempre como total ruptura, como a inauguração de algo que não tem referência na história, a não ser para sustentar sua diferença e superioridade em relação ao “velho”, ao “antigo”, ao “ultrapassado”.

A reflexão desenvolvida neste trabalho vai na direção contrária, busca nuançar esta visão e analisar as relações entre o “velho” e o “novo”, tendo como lastro a identificação de continuidades e descontinuidades.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Alguns depoimentos indicam que os setores de esquerda buscaram continuar suas movimentações nas fileiras do sindicato apesar da repressão política. Neste quadro, pode-se incluir atividades tais como organização na fábrica, formação de chapas para a direção sindical e mesmo a preparação de greves. Diríamos, contudo, que para grande parte dos militantes metalúrgicos do pré-64, o golpe significou uma abrupta interrupção de sua vida militante. Ver depoimentos dos metalúrgicos depositados no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/IFCS/UFRJ).

<sup>5</sup> Muitas das concepções que sustentaram a idéia de ruptura foram sendo relativizadas ao longo do tempo, por exemplo, em Annez Troyano, *Estado e sindicalismo*, São Paulo, Símbolo, 1978; Ricardo Maranhão, *Sindicatos e redemocratização*, São Paulo, Brasiliense, 1979 e Lucília Neves Delgado, *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961/1964)*, Petrópolis, Vozes, 1986. Mas será a partir da década de 1990, de forma mais intensa, que uma série de pesquisas acerca do pré-64 vai mostrar, em seu conjunto, um quadro bastante diferente daquele descrito, por exemplo, em Francisco Weffort, “Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)”, *Estudos CEBRAP*, n. 4, São Paulo, 1973, pp.65-105 e “Os sindicatos na política (Brasil 1955/1964)”, *Ensaios de Opinião*, n. 2-5, São Paulo, 1978, pp.18-27. Neste sentido indicariamos M. A. Santana, *Partido e militância sindical*, op. cit.; Fernando T. da Silva, *A carga e a culpa - Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*, São Paulo/Santos, HUCITEC/Pref. Munic. de Santos, 1995; Hélio da Costa, *Em busca da memória*, São Paulo, Scritta, 1995 e Paulo Fontes,

Podemos perceber que ocorre uma disputa simbólica pelas classificações e distinções dentro do próprio grupo, no sentido das assinaladas por Pierre Bourdieu ao se referir às “tensões geracionais”.<sup>6</sup> Com a noção de “história incorporada” o autor indica as atualizações na história, em virtude de sua interiorização como “*habitus*” nos agentes, destacando que a representação que os agentes têm de sua posição depende em grande parte da relação entre as tradições que suas organizações oferecem e as suas atitudes.<sup>7</sup> Por outro lado, introduz a dimensão da descontinuidade, das transformações e suas relações com as tensões geracionais. Em suas palavras,

os conflitos de gerações não opõem classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas sim *habitus* que são produtos de diferentes ‘modos de engendramento’, isto é de condições de existência que favorecem diferentes visões do possível e do impossível, do certo e do errado, que fazem com que uns sintam, como naturais e razoáveis, práticas ou aspirações que são impensáveis ou escandalosas para os outros, e inversamente.<sup>8</sup>

Neste sentido, as gerações sociais, não podem ser definidas meramente a partir de marcos externos, “objetivos”, e sim a partir das representações, diferenciações, marcos e fronteiras estabelecidos pelos próprios agentes, enfim, levando em conta seu próprio uso das categorias de “velhos” e “novos” e seu jogo relacional. O uso de tais categorias entre os trabalhadores refletiria diferentes formas de classificação, concepções distintas sobre o espaço social, o lugar e a definição da classe operária, bem como sobre as suas formas legítimas de ação política, fruto das diferentes condições em que se formaram.

Neste nosso estudo, essas diferenças em termos das formas de classificação e representações das duas gerações são patentes, embora tenham um certo lastro comum, aliás como já foi apontado por outros autores.<sup>9</sup> Tanto no trabalho da memória, voltado para o passado, como na “construção” do presente, existem certas balizas, aquilo que

---

*Trabalhadores e cidadãos – Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*, São Paulo, Annablume/Sindicato dos Químicos e Plásticos-SP, Campinas, 1997. Além disso, outras pesquisas têm indicado, apesar das descontinuidades, vínculos de continuidade entre o “velho” e o “novo” sindicalismo. Para estas últimas, ver, entre outros, Elina Pessanha e Regina Morel, “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17, Rio de Janeiro, 1991, pp.68-83; Regina M. Nascimento, op. cit.; Antônio L. Negro, *Ford Willys anos 60. O sistema auto de dominação e os metalúrgicos do ABC*, Campinas, UNICAMP, dissertação de mestrado, 1994; Mário H. Ladosky, *Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de mestrado, 1995 e Marcelo Badaró Mattos, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*, Niterói, UFF, tese de doutorado, 1996. Para uma visão mais ampliada do debate “novo”/“velho” sindicalismo em termos dos estudos acadêmicos e do movimento social, ver Marco A. Santana, “O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate”, *Revista de Sociologia e Política*, n. 10-11, Curitiba, 1998, pp.19-35.

<sup>6</sup> Pierre Bourdieu, *Esboço de uma teoria da prática*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, São Paulo, Ática, 1983.

<sup>7</sup> Pierre Bourdieu, “História reificada e história incorporada”, in *Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, DIFEL / Bertrand Brasil, 1990.

<sup>8</sup> Pierre Bourdieu, *Esboço de uma teoria da prática*, op. cit., 1983, p. 64.

<sup>9</sup> Elina Pessanha e Regina Morel, “Gerações operárias: rupturas e continuidades ...”, op. cit., abordando o tema da diferenciação geracional da classe trabalhadora no interior de dois setores metalúrgicos (o da construção naval e o dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda) destacaram a importância das transformações nas formas de gestão, formação e recrutamento de trabalhadores para a produção de gerações de trabalhadores de perfis diversos, e ressaltaram as diferenciações entre as gerações do pré e do pós-64 no que diz respeito ao “estilo de fazer política”, apontando entretanto para a importância da participação sindical e política no chamado período “populista” no sentido da formação de uma tradição comum na categoria.

Maurice Halbwachs chamou de quadros sociais da memória.<sup>10</sup> São recorrentes no discurso das duas gerações do grupo as referências ao trabalho, à fábrica, ao sindicato, ao patronato, ao Estado, e também à outra geração.

O texto a seguir estrutura-se a partir destas balizas, procurando detectar as visões subjacentes ao discurso de cada geração e sua racionalidade interna, isto é, buscando evidenciar como as representações sobre a inserção e condição social dessas gerações (no mundo da produção e na sociedade) e sobre os agentes com que se defrontam (patronato/ Estado), se articulam com suas concepções sindicais e políticas.

A técnica da história oral foi fundamental na pesquisa que serve de base a este artigo por possibilitar captar as representações dos grupos, a partir dos indivíduos, em termos de suas transformações no tempo, no trabalho da memória, na reconstrução do passado. Mas também pelo fato de os “velhos” não produzirem mais documentos escritos sobre o passado e pela presença reduzida de formulação a respeito do pré-64 no interior do material produzido pelos “novos”.

O mesmo vale para o presente, tendo em vista que, por exemplo, a visão dos “novos” sobre os “velhos” não aparece facilmente nos materiais sindicais atuais. Neste sentido, as entrevistas foram essenciais para detectar, no discurso das duas gerações, suas visões de si mesmas a partir dos espaços sociais e momentos históricos por elas ocupados e vividos, bem como as visões sobre a “outra” geração, trazendo à tona as noções de “novos” e “velhos” como pontas de um conjunto de classificações e distinções.

### *Os velhos e a reconstrução do passado militante*

O trabalho da memória realizado pelos integrantes do Grêmio dos Veteranos do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, reconstruindo oralmente seu passado, esteve sempre escorado em alguns pontos recorrentes em sua fala. Articuladas, certas noções constituem a identidade do grupo, construídas a partir de elementos tais como sua posição no mundo do trabalho, sua visão acerca da organização sindical e sobre as formas de luta de seu movimento. Dois outros elementos se agregam a esses: a relação com o patronato e a relação com o Estado, sempre presentes tanto na discussão sobre o trabalho, como sobre a política.

A presença do mundo do trabalho na fala dos “velhos” está marcada por uma ambigüidade que assinala o prazer e o sofrimento no interior da fábrica. As duras condições de trabalho e os poucos salários recebidos são contrabalançados pela relação mesma do trabalhador com o processo de produção e o lugar por ele ocupado neste processo, produzindo uma forte valorização profissional. Chegava-se a profissional após uma “carreira” que ia de aprendiz ou ajudante até profissional ou mestre. Em um contexto geral de pequenas e médias empresas, onde a proximidade com o patrão no “chão da fábrica” produzia uma forma de controle paternalista, ser um bom profissional significava, de alguma forma, “comandar o próprio destino”.

Isto se relaciona diretamente com a lógica do processo de trabalho, estruturado em moldes mais “artesaniais”, possibilitando ao “profissional” um controle maior sobre

---

10 Maurice Halbwachs, *A memória coletiva*, São Paulo, Editora Vértice, 1990.

o mesmo, o que lhe garantia maior estabilidade no emprego e maior autonomia frente ao empregador e frente à escolha do local onde trabalhar. Devido às características do mercado, era relativamente fácil para um “profissional” conseguir outro trabalho, caso necessitasse sair daquele que ocupava, fosse por interesse pessoal ou por perseguição política. O depoimento abaixo é expressivo desta valorização profissional e do sentimento de autonomia:

Então, geralmente, o pessoal tinha muita tarimba, que aquilo requeria bons profissionais ... Eu trabalhava numa firma, achava que tava pagando pouco, me aborrecia com alguma coisa, ia para outra. As vezes alguém me chamava: ‘estou precisando de você lá, vem trabalhar comigo’. Ah, eu saía de uma firma em um dia, no dia seguinte tava empregado em outra. (Delegado sindical)

Esta valorização profissional potencializava uma ação política no espaço do trabalho, à medida em que possuía uma dimensão agregadora de prestígio. É uma noção recorrente nos depoimentos a articulação e junção necessárias do bom militante com o bom profissional. Segundo eles, era bastante freqüente o fato de que os trabalhadores mais destacados ocupassem cargos de representantes nos conselhos sindicais. São constantes também os relatos de uma relação diferenciada, “à altura”, com o patrão, determinada pelo controle do “saber fazer”. Da mesma maneira, este tipo de valorização ocorria entre os setores metalúrgicos. Isto fica explicitado no fato de que alguns setores, como aquele da fundição, eram considerados, pelas suas duras condições, como constituídos por verdadeiros “heróis da profissão”.

A articulação política/trabalho, na fala dos “velhos”, é marcada por um extremo respeito ao espaço fabril. Assim, até mesmo nos momentos de maior tensão em mobilizações no interior da fábrica, a manutenção das máquinas, o zelo com a empresa e a preocupação com a ordem eram pontos fundamentais, como vemos no depoimento abaixo:

A coisa era toda calma, não tinha desordem não ... primeiro porque eu sempre zelei pelo respeito ao setor de trabalho acima de tudo .. Na companhia que eu trabalhava a gente fez várias paralisações ... mas quando parava ... era cada um sentado no seu lugar de trabalho ... (Delegado sindical)

Nos relatos, a relação com o empregador também está permeada por essas noções. A proximidade quase impunha uma relação paternalista dentro e fora da fábrica (não eram raras as visitas de empregadores convidados pelo órgão sindical em suas solenidades). Esta porém, ainda que perdurasse no cotidiano determinando dádivas, contatos e interdições, não era suficiente para evitar a irrupção dos questionamentos aos possíveis desrespeitos à legislação ou aos acordos firmados com o sindicato, diga-se de passagem, bastante freqüentes. É interessante observar que, na descrição destes momentos de enfrentamento, os termos da relação e da conceituação cotidiana “empregado-empregador” são substituídos pelos termos “patrão-trabalhador”, classificações onde a polarização assume contornos bem mais nítidos.

Neste quadro, a idéia de respeito à lei surge como um elemento primordial e norteador das ações dos indivíduos e de seus representantes. A lei era entendida como espaço de disputa onde, para além do óbvio controle que estabelecia, se descortinava a

possibilidade de ganhos e garantias.<sup>11</sup> Não por acaso quase todos os apelos à greve tinham, como um dos pontos básicos, o desrespeito à lei pelos empregadores. Estar do lado da lei funcionava como um certo *handicap* para os trabalhadores, que sempre buscavam construir uma auto-representação de ordeiros, eram os “trabalhadores do Brasil”, que trabalhavam para o engrandecimento da Nação, só “saindo do rumo” devido à intransigência patronal.

Esta visão da lei e da justiça traz como correlata a noção da importância da ocupação de determinados cargos nas agências governamentais, ou de ter “os homens certos nos lugares certos”. O Estado, assim, embora pensado como mais um elemento no embate, passa a ser, ele mesmo, um cenário de disputa. Nesta visão se desnuda a importância e o poder do burocrata. Muitas vezes são relatados eventos em que a efetivação de determinações dos órgãos supremos favoráveis aos trabalhadores era emperrada em seções inferiores.

Na busca de ocupação de espaços, o poder do Estado se torna algo próximo dos trabalhadores, visão fomentada ainda mais pelo discurso e pela prática no interior do padrão de relações estabelecidas entre o Estado e a classe trabalhadora vigente no período. Esse era o caso, principalmente, mas não somente, dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, com uma tradição de frequência de políticos e “homens do poder” em sua sede e solenidades. Ângela de Castro Gomes destacou a importância da aproximação personalizada entre as autoridades e os trabalhadores, da “doação” da legislação trabalhista e da valorização da figura do “trabalhador” como reconhecimento de sua cidadania, para o sucesso do trabalhismo e a conformação de uma “lógica de reciprocidade” entre Estado e trabalhadores na conjuntura de 1942-1945.<sup>12</sup>

Nesta mesma linha se pode perceber, a partir dos relatos, que além destes elementos, o reconhecimento do “direito à palavra” dos trabalhadores, a relativa liberdade de manifestação e expressão de suas demandas e mesmo o apelo à sua participação, foram fundamentais para a “reatualização” desta lógica na conjuntura de 1953-1964. Os depoimentos são muito significativos a este respeito:

Quando terminou a intervenção ficou todo mundo eufórico... Para tirar a intervenção do sindicato era João Goulart que era Ministro do Trabalho... ele como Ministro do Trabalho ajudou muito a classe trabalhadora ... (Delegado sindical)

O Jango era um sujeito muito popular, a gente conversava de igual pra igual... Quando teve a tentativa de impugnação da posse da diretoria em 53 ... a gente pediu uma audiência. O Jango recebeu a diretoria e disse: ‘não tem problema não’. Aí o Jango deu posse à diretoria, tiramos fotografia, etc. (Dirigente sindical)

Os referidos padrões de atuação e relação com o trabalho, a empresa, o empregador e com a lei e o Estado, tiveram seu rebatimento na ação organizativa destes trabalhadores. Segundo os relatos, podemos perceber que a organização sindical era pensada na lógica do institucional, do legal, do restrito à ordem, abrindo espaço para práticas que não aquelas consideradas políticas em senso estrito. O sindicato era concebido, acima de tudo, como um espaço fundamental na socialização dos trabalhadores: a percepção do espaço sindical como a “casa dos trabalhadores” é

11. Edward P. Thompson, *Senhores e caçadores*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. O autor assinala esta dimensão da lei como campo de conflito pela definição de “direitos” dos vários grupos sociais.

12. Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Editora Vértice/IUPERJ, 1988.

sensível nas falas. Ia-se ao sindicato para encontrar amigos, fazer festas, bailes, praticar esportes, buscar auxílio, discutir e projetar o futuro. Ia-se lá, também, para defender direitos conquistados.

A própria expressão “defesa dos direitos”, retirada do discurso dos agentes, é bastante elucidativa do padrão adotado pela ação sindical, baseado na justiça. Diferentemente da “luta pelas reivindicações”, mais recorrente no discurso dos “novos”, aquela expressão condensa a noção de aquisição e posse de determinados quesitos registrados na lei, que se tornavam assim ponto de partida e suporte para a ação.<sup>13</sup>

O caminho prioritário das ações devia ser o espaço da lei. Trabalhadores “ordeiros” só deviam apelar para a greve em último caso, após esgotados todos os procedimentos ordinários propostos pela Justiça do Trabalho. Ali, os trabalhadores se dispunham a ceder ao máximo, e somente iam à greve, sob o olhar anuente e passivo da Justiça, em face da total intransigência patronal. Mesmo assim, a greve era concebida apenas como um artifício para forçar os empregadores a voltarem à mesa de negociações. Por isso, ainda que em greve, sempre se buscava a via institucional. A greve, como forma de luta, surgia somente como uma espécie de distúrbio no processo de negociação oriundo do desrespeito à lei. Tal distúrbio só aparecia no sentido de recolocar as negociações em seu eixo normal, do qual esperava-se nunca devessem ter saído.

Assim, o movimento grevista era sempre percebido como resultado da intransigência patronal na negociação. Eram os patrões que, ao se recusar a cumprir a lei, ou ao não abrir mão naquilo que seria “justo” para os trabalhadores “ordeiros”, levavam estes ao extremo de “parar o trabalho”, de “parar a produção”. Em grande medida os limites desta tolerância eram delineados pelo compromisso destes trabalhadores com a “Nação” e com um projeto nacional (“nacionalista”) que supunha uma aliança com o Estado e com setores do empresariado.<sup>14</sup> As passagens nas atas das assembléias do sindicato são expressivas a esse respeito.

Havendo desinteresse total por parte dos empregadores seremos obrigados, embora contra nossa índole ordeira, a ir ao extremo que é uma greve.<sup>15</sup>

Como brasileiro lamento lutar pela paralisação do trabalho, por reconhecer o prejuízo que isto trará à Nação.<sup>16</sup>

Esta visão com relação à greve só se alterava em termos de orientação e processos no que diz respeito aos movimentos nacionais dos trabalhadores. A greve

---

13. Outros estudos têm apontado a importância das reivindicações via judiciário no movimento sindical pré-64. Regina Morel, "Empresa estatal e gestão da força de trabalho: Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional - entre a 'dádiva' e os 'direitos', *Textos para discussão*, nº 13, Mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1988, destacou como os militantes da CSN, apoiados na convicção de seus "direitos como cidadãos brasileiros", realizaram na Justiça inúmeras reclamações pela aplicação da legislação trabalhista, utilizando assim a CLT para questionar os regulamentos e normas internas da empresa – o modelo "autárquico" de dominação.

14. Veja-se José R. Ramalho, *Estado-patrão e luta operária - O caso da FNM*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Este autor, por exemplo, apontou para o caráter intenso do movimento pré-64 dos metalúrgicos na antiga Fábrica Nacional de Motores, especialmente em fins da década de 1950, com a ocorrência de várias paralisações, mas demonstrou também como a ligação daqueles trabalhadores com o governo em torno de um projeto político nacionalista inibia uma atuação mais crítica em relação ao "Estado-patrão".

15. Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Ata da Assembléia de junho de 1957.

16. Idem, Ata da Assembléia de 21/07/1959.



transformava-se então em um elemento imediato de pressão, fosse para defender a lei (a “legalidade”) ou posições políticas e personalidades com estas identificadas e que possibilitariam o avanço do conjunto de reformas que levariam a uma sociedade “mais justa”, noções inerentes à “lógica de reciprocidade” entre Estado e trabalhadores.<sup>17</sup>

Identificava-se claramente nas “greves gerais” um maior empenho das lideranças no sentido de mobilizar e radicalizar. O nacionalismo – elemento de identificação entre os trabalhadores e os governantes em um primeiro plano, e entre esses dois agentes e os empregadores, em um segundo plano – podia fomentar ou limitar as ações, conforme as noções de “lei” e de “justiça” estivessem em relação harmoniosa ou conflituosa. No caso dos movimentos específicos de uma categoria, muitas vezes a “defesa da lei” subjugava a “justiça” de certas deliberações. No plano nacional, mais amplo, a “justiça” de certas deliberações, não raramente, subjugava a “defesa da lei”.<sup>18</sup>

Podemos concluir dizendo que, na fala dos “velhos”, a articulação trabalho/política se fazia pela valorização profissional do trabalhador e pelo respeito à lei e às vias institucionais de negociação de direitos e deveres, tendo no sindicato o guardião dos direitos, que só poderia lançar mão do instituto da greve após esgotadas, de fato, todas as possibilidades legais de negociação e, mesmo assim, como dissemos, para restabelecê-las. Tudo isto, tendo como pano de fundo o nacionalismo, que permeava as relações dos agentes, promovendo um tipo particular de interação entre os mesmos.

### *Peões: identidade e representações dos novos militantes*

Examinemos agora o “discurso” dos novos militantes metalúrgicos, ligados ao chamado “novo sindicalismo” na década de 1980.<sup>19</sup> Sua fala, como a dos “velhos”, remete à experiência no mundo fabril, à relação com o patronato e o Estado e à atividade sindical e política. Veremos, entretanto, que suas representações diferem bastante daquelas dos velhos militantes. Mais que isto, elas se articulam para conformar uma nova identidade – entre “peões” –, ao nosso ver, chave fundamental para penetrarmos no universo simbólico desta geração.

É difícil detectar a origem precisa do uso da denominação de “peão” pelos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Segundo estes nos relataram, ela foi primeiramente utilizada pelos trabalhadores da FIAT nas grandes greves do final da década de 1970, período de grande mobilização e radicalização,<sup>20</sup> a princípio causando estranheza aos

17. Esta lógica *legalista* também era alterada por pressões oriundas das bases. As greves de 1955 e 1957, por exemplo, foram organizadas contrariando os desígnios da direção sindical.

18. É importante assinalar que estas representações dos “velhos” metalúrgicos, acerca do passado, não devem ser transportadas diretamente para outros setores e categorias. Mesmo em sua categoria elas parecem estar ligadas a um marco geral das práticas do período, que também não deve ser tomado como único. Marco A. Santana (op. cit., 1992), por exemplo, assinala como o discurso do “ser ordeiro”, não excluiu momentos em que, no calor das disputas políticas em assembléias, debates terminaram em cadeiradas.

19. Cabe ressaltar, no que diz respeito às concepções dos “novos sindicalistas” aqui analisadas, que estas referem-se, obviamente, à década de 1980, período em que foi realizada a pesquisa no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Correspondem, portanto, aos primórdios do “novo sindicalismo”, não dando conta das transformações que neste se processaram durante a década de 1990.

20. É interessante notar que a FIAT (antiga FNM), tinha, desde antes de 64, um movimento mais radicalizado, que destoava um pouco do padrão do sindicato dos metalúrgicos, segundo os depoimentos. Isto chama a atenção para a possível existência

operários de setores mais tradicionais. Entretanto, neste período, a expressão já começava a adquirir certa “popularidade” entre os metalúrgicos – haja vista sua utilização na música da greve de 1979 – e se difundiu consideravelmente durante a década de 1980, embora nunca se tenha generalizado.

Ao que tudo indica tal difusão está relacionada com dois processos que marcam a conjuntura do final da década de 1970 e início da de 1980: por um lado o “arrocho salarial” crescente, o aprofundamento da crise econômica, o aumento do desemprego e da rotatividade, que vão atingindo os vários setores metalúrgicos, e, por outro, o desdobramento da proposta sindical e política que emerge a partir dos movimentos do final da década de 1970.

Paulatinamente, tal denominação foi-se transformando em uma marca do discurso dos militantes vinculados ao “novo sindicalismo” entre os metalúrgicos. Assim, chamar os companheiros de “peão” assumiu o caráter de uma proposta de identidade articulada a uma certa perspectiva sindical e política.

Significativamente, a expressão “peão” aparece pela primeira vez no jornal *Meta* do sindicato, no ano de 1979, durante a primeira gestão apoiada pela “oposição metalúrgica”, período de aumento da mobilização e dos grandes movimentos grevistas que se constituíram no “mito de origem” do “novo sindicalismo”.

Na campanha eleitoral de 1987 o grupo de oposição, identificado com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), incorporou a palavra no seu vocabulário, primeiramente no nome do seu jornal – *O Dia do Peão* – e após a vitória do grupo, quando passou a ser de uso corrente nas publicações do sindicato. Um componente dessa chapa, após eleito, explicou assim o motivo de chamarem os trabalhadores de peão:

A gente está tentando levar para a categoria uma política de autovalorização, porque a categoria metalúrgica produz os produtos mais caros do país mas recebe salários baixíssimos ... então o cara se sente desvalorizado, se sente impotente ... Mas a gente começa a mudar essa mentalidade. Por exemplo, quando a gente entrou aqui ... essa mania de chamar o cara de peão, né ... tinha muito peão aí que não gostava de ser chamado de peão ... Dizia: peão eu ? que peão nada! Eu não sou peão não, sou profissional, sou especialista, tenho curso ... É, mas tu ganha uma merda de salário, é despedido sem mais nem menos, não adianta nada ser especializado ... estudou três anos no SENAI, tem curso técnico, mas é peão, ganha pouco. Esse negócio já colou na categoria. Então o pessoal está perdendo a vergonha de classe que eles tinham ... um acha bom chamar o outro de peão ... aquela encarnação ... O pessoal tem que ver que é uma classe, uma categoria que tem valor e que tem que impor o seu valor mostrando força.

Esse depoimento aponta para aspectos importantes da identidade de peão, para as faces negativa e positiva desta identidade: ser peão é assumir a condição de explorado, mas é também “reconhecer e impor o seu valor mostrando força”.

A face negativa é constituída pelas representações que remetem à experiência de sua condição e inserção social (representações sobre o espaço fabril, o trabalho, etc.) e de sua relação com outros agentes (especificamente o patronato e o Estado). As duas marcas negativas mais significativas, que aparecem explicitamente no discurso dos entrevistados, são o sentimento de exploração e de instabilidade.

A relação com a falta de estabilidade e a crescente rotatividade aparece muito claramente em várias expressões como “peão roda” ou “peão gira” frequentes nas

---

de tradições específicas de cada setor ou fábrica. Ver Elina Pessanha e J. Ricardo Ramalho, “Participação política no sindicato e na fábrica: os metalúrgicos do Rio e de Niterói”, *Textos para discussão*, nº 12, Mestrado em Ciências Sociais, IFCS/UFRJ, 1988.

publicações do sindicato.<sup>21</sup> Já o sentimento de ser explorado, envolve a questão dos baixos salários (inclusive não pagamento dos adicionais ou valores devidos) e a insatisfação com a organização do trabalho, o ritmo e as longas jornadas sempre acrescidas de horas extras. A consciência de serem explorados se associa a um sentimento de desvalorização, de não serem reconhecidos; nas palavras deles, “de trabalharem duro e no final só levarem ferro”.

As condições e relações no espaço fabril são também uma forte referência na constituição da identidade de peão, especificamente as condições de trabalho, a disciplina e a hierarquia no interior das fábricas, causadoras de uma grande insatisfação.

Em relação às condições de trabalho, as reclamações mais frequentes dizem respeito à alimentação mal preparada, à falta de higiene nos vestiários e banheiros, à poluição e temperaturas altas enfrentadas sem os equipamentos de proteção adequados e à falta de segurança no trabalho com a conseqüente ocorrência de muitos acidentes.<sup>22</sup>

Cabe ressaltar ainda a insatisfação destes trabalhadores com o controle disciplinar e a hierarquia no interior da fábrica. Ressentem-se da falta de liberdade no espaço onde trabalham <sup>23</sup> e vinculam o sentimento de falta de liberdade e autonomia à questão da hierarquia e da relação com os “superiores”. Os depoimentos indicam que há uma “tensão” entre os “peões” e os engenheiros e que a identidade de peão está também remetida à subordinação técnica e disciplinar aos engenheiros na estrutura da empresa.<sup>24</sup>

Além disso, a identidade de peão remete mesmo à lógica hierárquica da empresa como um todo, que define os operários como subalternos, subalternidade ritualmente afirmada em vários momentos do cotidiano fabril, por exemplo, na hora da alimentação, feita em refeitórios distintos de acordo com a posição hierárquica do trabalhador, em suas palavras “peão de um lado e de encarregado pra cima em outro local”.

Por tudo que descrevemos, as representações sobre a fábrica e o trabalho possuem no discurso destes trabalhadores uma acentuada face negativa, embora apareçam como valores positivos ao nível ideal. Para a maioria dos entrevistados, a dimensão prazerosa do trabalho só aparecia na referência à relação com os companheiros, seja na execução conjunta das tarefas, seja na sociabilidade no interior da fábrica. Predomina a face negativa, uma representação que não dissocia o trabalho das condições em que ele se dá, e que está quase sempre remetida à exploração.

---

21. Além da inquietação provocada pelo “fantasma da demissão”, sempre presente, e da perspectiva de a qualquer momento ter que “procurar trabalho”, situação penosa em uma conjuntura de desemprego, ressalta o sentimento de “não pertencimento” dos trabalhadores, a sensação de não ter lugar fixo.

22. Os aspectos relativos à alimentação e higiene são denunciados com grande indignação, mas a questão da falta de segurança e das condições insalubres, que acarretam os inúmeros acidentes de trabalho e as chamadas “doenças do trabalho”, parecem ser o ponto mais sensível para estes trabalhadores. As referências neste sentido são frequentes nos depoimentos e nas publicações do sindicato e apontam para o sentimento que os “peões” têm de que suas vidas não valem muito no mundo da produção, de que eles são para os patrões “uma espécie de material de consumo”.

23. Gerada por vigilância permanente, normas disciplinares férreas de restrição à circulação, controle do tempo em qualquer circunstância de ausência do espaço da produção (banheiro, almoço), existência de olheiros (“dedos-duros”), proibição de os trabalhadores reunirem-se e perseguição à organização deles no local de trabalho.

24. Este aspecto também foi apontado como significativo na constituição da identidade de “peão” entre trabalhadores por Antônio S. Guimarães e Michel Agier, *Identidades em conflito: a construção social e simbólica do técnico e do peão na indústria de processo contínuo em Salvador*, trabalho apresentado no simpósio internacional “Padrões tecnológicos e políticos de gestão”, São Paulo, mimeo, 1989. A insatisfação com esta relação de subordinação se expressa através de um questionamento da competência técnica destes profissionais por parte dos operários e na crítica ao seu papel de controle disciplinar sobre os trabalhadores, ou seja, à função de “tomar conta de peão”.

A identidade de peão tem ainda a referência da oposição a outros agentes, principalmente o patronato e o governo. O primeiro “outro” é o patrão, denominação dada aos empresários. O par de oposição “peão-patrão” foi explicitamente apresentado pelos entrevistados e denota uma visão de antagonismo estrutural. Em suas palavras: “é peão de um lado, patrão do outro”.

Os patrões são representados como os agentes imediatos da exploração que faz dos trabalhadores peões, aparecendo no discurso destes como os responsáveis diretos pelos aspectos negativos por eles vivenciados no mundo do trabalho e sendo comumente apresentados como “enganadores”, “desumanos”, “interesseiros”, “hipócritas”. Mas os atributos patronais mais freqüentemente apontados são a insensibilidade, a intransigência, a arrogância e a prepotência, atitudes consideradas pelos trabalhadores como desrespeitosas, especialmente por ocasião das negociações, quando as contrapropostas do patronato, freqüentemente foram qualificadas de “esmola” no material das campanhas salariais.

O segundo elemento de oposição, o outro “inimigo dos peões”, sempre referido, era o governo. A percepção dos operários era de que vinham sendo roubados, lesados, penalizados, expropriados pelos governos que lhes impunham sucessivas perdas salariais através dos planos de ajuste econômico; consideravam-se vítimas da política econômica e mais, que o sacrifício sem retorno era imposto somente a eles – em suas palavras: “são os trabalhadores que pagam a conta” –, enquanto outros grupos sociais se beneficiavam com as ditas políticas.

Em termos gerais o governo é representado como um opositor, seja por sua ação repressiva ao movimento dos trabalhadores, seja por executar uma política de recessão, desemprego e “arrocho salarial”, cujo objetivo é “impor aos trabalhadores o pagamento de uma dívida que não foi por eles contraída”. A postura dos trabalhadores diante da dívida externa (“uma dívida que não é nossa”) denotava que eles não identificavam e não reconheciam os governantes como seus representantes.

É interessante notar o tom de desdém e mesmo de desrespeito às autoridades políticas que marca o discurso oral e escrito destes trabalhadores, radicalmente diferente do tom respeitoso e até elogioso dos militantes pré-64, substituído, muitas vezes, por expressões desmerecedoras e irônicas.

Esta agressão simbólica aos políticos e governantes aponta para o sentimento de que estes não merecem ser respeitados, já que não respeitam os trabalhadores, impondo-lhes permanentes sacrifícios sem lhes garantir os mais elementares direitos de cidadãos.<sup>25</sup> Os “peões” têm a percepção de que não são tratados como cidadãos, sentem-se “excluídos”, como se pode depreender do trecho abaixo, onde a utopia aparece como reverso desta realidade, metaforizada como condição de escravidão:

(...) os trabalhadores ainda são tratados como escravos, e estão muito longe de ter seus direitos respeitados ... Os patrões, o governo e sua polícia ainda precisam aprender muito para poderem viver em uma sociedade onde os direitos à liberdade, alimentação, moradia, saúde, escola, trabalho, sejam concedidos à todos, sem exclusão de ninguém.<sup>26</sup>

25. Poder-se-ia dizer que temos aqui o próprio avesso da já referida “lógica de reciprocidade” estabelecida entre os trabalhadores e o Estado no período “populista”.

26. Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, *Meta*, nov. 1990.

Entretanto, nos interstícios desse discurso referido ao não reconhecimento e à desvalorização operadas pelos outros agentes (patrões, Estado) aos trabalhadores, aparecia a autovalorização, condição fundamental, aliás, para o reconhecimento do pouco valor que lhes é atribuído e da “injustiça” da situação a que são submetidos.

A autovalorização desses trabalhadores algumas vezes se explicitava em uma fala de valorização profissional que ressaltava seu grau de escolaridade e formação, sua importância na execução e na concepção do trabalho (de seu “fazer” e de suas “idéias” na produção), sua eficiência no trabalho e até mesmo sua capacidade de acompanhar as mudanças no processo produtivo.

Mas a face mais afirmativa da identidade aparecia na formulação de que “o peão é dono do poder da produção”. A representação de “ter este poder de produzir” (e logicamente de não produzir) extrapola a consciência de “ter valor”, revelando também uma consciência de “ter poder”. Assim, assumir a identidade de peão era reconhecer sua condição sem interiorizá-la, era reconhecer, no mesmo processo, sua desvalorização e, pelo outro lado, o seu valor e a força para lutar por fazê-lo aceito, era ver-se como parte de “uma categoria que tem valor e que tem que impor o seu valor mostrando força”.

Revelava-se, assim, uma outra face da identidade de peão, afirmativa, positiva, que se definia por referência ao valor e à força dos trabalhadores, que não se remetia à sua condição mas à possibilidade de modificá-la e que, neste sentido, articulava-se às práticas de solidariedade e resistência, mais especificamente a certas formas de ação – na fábrica, sindical e política – que caracterizavam a perspectiva do chamado “novo sindicalismo” durante a década de 1980.

É fundamentalmente em virtude desta segunda face da identidade de “peão”, remetida à consciência de “ter valor” e de “ter força (poder) para impor este valor”, que “os trabalhadores gostavam de chamar os outros de peão”, especialmente nos momentos de conflito, conforme afirmou um entrevistado:

Em uma greve quando você chama o cara de peão o cara se enche de força, se acha dono da verdade, se acha dono do mundo ... Aí tem a coisa da força, da unidade, da peãozada ... peão é forte, peão é forte porque é dono do poder de produção. (Ativista sindical)

A identidade de peão, portanto, era valorizada sobretudo no momento da greve, logicamente porque é o momento que os trabalhadores mais experimentam sua força. O coletivo “peãozada”, claramente denotativo da força de sua unidade, era muito usado nos períodos de campanha salarial e a greve referida como “a hora do peão”. Da mesma maneira, expressões como “Tá com medo seu patrão, chegou a hora do peão”, “Te cuida patrão, chegou a hora do peão”, “Te segura patrão que a peãozada não está pra brincadeira”, eram recorrentemente utilizadas nas campanhas salariais, denotando a postura de força, a disposição de enfrentamento destes trabalhadores e um certo prazer em intimidar, amedrontar ou constranger o patronato.

A postura de enfrentamento estava presente desde os movimentos mais espontâneos restritos à fábrica. Os militantes relataram vários episódios de resistência cotidiana nos locais de trabalho que assumiram a forma de enfrentamento violento mesmo. Resultado idêntico se verificava nas greves de ocupação realizadas em empresas em separado, que constituíram uma prática relativamente freqüente no “novo sindicalismo” no caso dos metalúrgicos.

Várias razões foram apontadas pelos militantes para a opção por este tipo de movimento, dentre as quais: que dessa forma favorecia-se a mobilização, que os trabalhadores preferiam por uma questão de segurança ou porque a possibilidade de desconto era menor, etc. Muitos entrevistados afirmaram, contudo, que a realização de greves deste tipo visava mesmo um enfrentamento direto e maior, justificando-o ideologicamente como tática de luta mais eficaz, e ao mesmo tempo apontando este desejo de “constranger”, de intimidar o patronato.

Mas o aspecto mais interessante do “sentido” desta prática, é o prazer que os trabalhadores tinham em vivenciar a posse da fábrica durante a ocupação, em inverter temporariamente as relações de poder dentro da empresa. Como nos relatou um militante:

Uma vez numa greve as pessoas se deitaram na grama para tomar sol e riam, brincavam comentando: - aqui hoje é meu, hoje a empresa é minha, ninguém vai mexer comigo, eu faço o que eu quero, aqui hoje é a minha casa... Aquela coisa de se sentir seguro, de se achar dono do nariz, de não ter que dar satisfação a ninguém... uma sensação de poder... de se achar mais poderoso que o cara que está o tempo todo mandando nele. (Ativista sindical)

Assim, a greve de ocupação pode ser concebida como um ritual de inversão, que instaura um tempo lúdico no qual se realizam as aspirações operárias de autonomia, liberdade e de propriedade da fábrica, verdadeiro reverso de seu cotidiano. Neste sentido, a greve de ocupação era a hora privilegiada do “peão”: o tempo do seu poder, poder daqueles que se sentem despossuídos, explorados, desvalorizados, e que por isso mesmo têm necessidade e prazer em “se apossar”, ainda que temporariamente.

O referido sentimento de inversão das relações de poder não estava presente somente nas greves de ocupação, mas em toda greve, como definiu um entrevistado: “na hora da greve é a lei do peão”. A greve era constantemente apresentada nas publicações dos trabalhadores como uma “resposta aos patrões”, cujo objetivo expresso era “quebrar ou dobrar sua intransigência”. A luta pela vitória das reivindicações tinha, portanto, também uma marcada dimensão simbólica, desencadeando, por assim dizer, uma “medição de forças”.

Esta disposição permanente de enfrentamento, de “medir forças” com o patronato através da greve estava presente na própria identidade de peão. Como afirmava uma passagem do jornal *Meta* (nov. 1991): “A revolta permanente do peão é um estado de greve constante”. E por esta via a identidade de peão se associava às concepções e propostas do “novo sindicalismo”, um sindicalismo definido como “de luta”.

As expressões “luta”, “enfrentamento”, “briga”, “sair pro pau”, eram uma constante nas definições deste sindicalismo, tanto nas publicações como no discurso dos militantes. A proposta era de “uma luta intransigente, à altura da intransigência dos patrões e do governo”.

A disposição era quase “bélica” e se definia como forma de revidar a exploração, de “dar o troco”. Entretanto, havia também a perspectiva de reverter esta situação. Neste sentido, o objetivo era tanto obter ganhos materiais reais para a categoria, como reconquistar seus direitos e sua dignidade. Aqui, novamente, a luta apresentava, como um de seus componentes, a dimensão simbólica, sendo luta pelo reconhecimento e pela reconquista de um respeito e uma dignidade perdidos.

A consecução destes objetivos estava condicionada à organização da categoria. Neste quadro, o sindicato é pensado como um instrumento de mobilização - e de

organização para esta “luta”, daí por exemplo a ênfase no “trabalho de porta de fábrica” - e concebido fundamentalmente como meio de socialização política da categoria. Desta forma, é menosprezada, ao menos em termos do discurso, a função assistencial; e colocada a de sociabilidade, em segundo plano.<sup>27</sup> Mais que isto, a sede do sindicato deixa de ser o “centro” para os novos militantes. Passam a ganhar importância discursiva a organização nos locais de trabalho e a organização partidária.

As formas de ação privilegiadas eram aquelas que se pautavam pela demonstração de força, principalmente as greves, sendo as negociações pela via institucional via de regra vistas como “conchavos”. Estava em jogo, além da percepção de que o enfrentamento através da greve era mais eficaz em termos da obtenção de resultados favoráveis, como já dissemos, um prazer simbólico em realizar esse enfrentamento, essa “medição de forças”.

É importante destacar ainda que na perspectiva destes trabalhadores a “luta” não necessariamente devia se manter dentro dos limites legais. Os militantes do “novo sindicalismo” estavam pouco preocupados com a “legalidade”, para eles “é a luta que faz a lei”. A este respeito um entrevistado afirmou:

O nosso movimento hoje está muito pouco preocupado com a legalidade, está mais preocupado com a luta efetiva, com a lei do peão, ele questiona a própria legalidade..., é muito mais político que o de antes de 64”. (Ativista sindical)

A política aparecia portanto como questionamento da própria legalidade, como questionamento das “regras do jogo” e como luta por “transformações profundas na sociedade”. Neste campo de luta mais geral também prevalecia a postura de enfrentamento: a rejeição aos pactos e entendimentos com o governo e a realização de greves gerais que marcaram a década de 1980. A greve geral, referida como “a resposta dos operários ao governo e à sua política de recessão e desemprego”, era uma luta pela reposição das perdas salariais, mas com uma marcada dimensão política de luta contra as diretrizes econômicas do governo e seus métodos autoritários e excludentes de gestão, que em suas palavras “esmagam os trabalhadores e lesam o país”.

Transparecia no discurso destes militantes um certo nacionalismo e um projeto nacional, diferente, entretanto, daquele dos velhos militantes posto que não supunha alianças com o empresariado e muito menos, por razões óbvias, com o Estado, mas ao contrário se afirma como projeto independente dos trabalhadores, coroamento de um processo de luta pela conquista de uma cidadania efetiva.

Como vimos os “peões” têm a percepção de que sua cidadania precisa ser conquistada, de que devem “brigar para serem respeitados e virarem cidadãos”. O depoimento abaixo é extremamente significativo neste sentido:

Eu me lembro do dia em que eu comecei a virar cidadão: eu estava estudando no quarto ano primário na cidade ... e tinha uma diferença muito grande entre as pessoas ... corte de cabelo, maneira de se vestir ... aí eu brinquei com o filho do vice-prefeito e ele não quis aceitar a brincadeira, quis brigar comigo ... e a minha reação foi brigar com ele e eu peguei e dei uma surra nele, e foi assim que eu passei a ser respeitado. A briga com o Nilson foi a primeira noção que eu tive de como se vira cidadão no mundo. (Ativista sindical)

---

<sup>27</sup>. Ambas as funções, como vimos, eram muito caras aos velhos militantes.

Compreende-se assim a racionalidade que articula percepções e práticas desta geração de militantes: as representações de sua condição de explorados, desvalorizados, subalternizados no mundo da produção, injustiçados, expropriados pelo Estado e excluídos de seus direitos, nos informam sobre a sua revolta, sua atitude de força e sua disposição para o enfrentamento, que se traduz na adesão a um sindicalismo definido como “de luta intransigente”, de medição de forças com o patronato e disposto a (re)conquistar “na marra” os direitos e a “dignidade” perdidos. Esta perspectiva está condensada em um símbolo: a marreta, instrumento de trabalho e metáfora de força, presente já no final da década de 1970 na publicação do sindicato e no carro de som do sindicato, batizado “Marretão: A Voz do Peão”.

### *Velhos e novos: uns na fala dos outros*

Resta-nos examinar o que diziam velhos e novos militantes uns dos outros, a visão que os “velhos” tinham dos “novos” e das práticas dos “novo sindicalismo” e a visão que os “novos” tinham dos “velhos” e do “velho sindicalismo”, as comparações por eles mesmos realizadas ao longo dos depoimentos e também algumas referências escritas, destacando as diferenças demarcadas e as eventuais continuidades estabelecidas.

Começamos pelos “novos” na fala dos “velhos”. Nas entrevistas que realizamos, os velhos militantes teceram uma série de comentários em relação aos novos militantes, quase todos críticos, mesmo quando não eram especificamente perguntados a respeito. Na maioria das vezes demarcaram diferenças entre suas antigas práticas e as dos novos militantes demonstrando em relação à estas uma certa incompreensão e até mesmo indignação.

Uma das críticas mais frequentes dos velhos militantes disse respeito à “falta de unidade”, à divisão existente no “novo sindicalismo”. Os velhos militantes reprovaram veementemente a existência de várias centrais sindicais e de disputas entre elas ao nível do sindicato. Estas “divisões” eram vistas como causadoras de um afastamento da categoria do sindicato, sendo quase sempre atribuídas à interferência “de outros interesses que não os dos trabalhadores”, especificamente à influência de questões político-partidárias que na visão dos antigos sindicalistas não deveriam jamais ser misturadas com as questões sindicais (terreno onde a unidade devia ser mantida).

Tal crítica às lutas partidárias no sindicalismo aparece também quando se trata da “falta de democracia e de ordem”, contrastada com um passado em que era respeitado o direito democrático de liberdade de expressão de qualquer trabalhador, independente de sua orientação político-partidária, como aponta o depoimento abaixo:

O que você vê hoje é uma brigalhada. Você vê essa última eleição que houve no sindicato, uma vergonha... companheiro batendo no outro, uma coisa tremenda. Na nossa época não tinha isso, a gente discutia muito mas chegar as vias de fato discutindo problema eleitoral... nunca se chegou a isso... a coisa era dentro da ordem, do respeito... ninguém brigava, todo mundo respeitava um ao outro. Porque que democracia é essa de eu querer impor a você o meu ponto de vista ? Isso não é democracia, democracia é coisa muito fina... ou seja, cada um tem o direito de falar aquilo que acha desde que ele não saia da ordem. Isso é que é democracia. Infelizmente hoje em dia não é assim. (velho militante)

Um outro aspecto muito referido pelos velhos militantes disse respeito ao tema da inexperiência das lideranças. Apesar de reconhecerem o crescimento do sindicato,



apontavam sempre para o “problema da falta de lideranças”, afirmando não existirem atualmente “lideranças experientes como as do pré-64”. Algumas vezes este fator chegou a ser apresentado como causa de uma menor consciência e organização dos trabalhadores hoje. A “inexperiência” das lideranças atuais é atribuída à falta de vivência ou de contato com pessoas que viveram o passado do sindicato, sendo que às vezes esta referência aparece como uma clara reclamação: a de que os novos militantes não procuram os velhos militantes para conversar, “não aproveitam sua experiência”.

Mas o “desconhecimento do passado” e a conseqüente “inexperiência” dos novos militantes significativamente são também atribuídos ao golpe de 64, mais precisamente a um “apagamento” do passado de lutas dos trabalhadores anteriores a 64 operado pelo discurso do regime militar.

Essa juventude não pode lutar porque não sabe como fazer, disseram a eles que isso nunca existiu... Mas nós que construímos é que sabemos que existiu. Eles não sabem porque o regime político implantado em 64 disse pra eles que isso nunca existiu. (Velho militante)

Por outro lado, é muito presente a visão de que os “novos” não valorizam o passado, de que são displicentes em relação a este, e isso aparece principalmente na indignação dos “velhos” com o fato dos “novos” não reverenciarem datas por eles consideradas “marcos na vida do sindicato”, como por exemplo o “12 de novembro”, data da reorganização e enquadramento do sindicato na década de 30, sempre lembrada e comemorada pelos “velhos” e relegada pelos “novos”.

No discurso dos novos militantes as comparações com o “velho sindicalismo” não foram tão freqüentes e espontâneas. Neste caso também a demarcação de diferenças quase sempre se dava no sentido de valorizar as práticas e concepções atuais, mas em alguns momentos se valorizava certos aspectos do sindicalismo do pré-64, por exemplo, quando os novos militantes admitem a existência de uma maior organização naquela época, associando entretanto à valorização deste aspecto a crítica às concepções políticas e práticas das lideranças de então, fundamentalmente ao fato de se “negarem ao enfrentamento”.

Em alguns depoimentos dos “novos”, apareceu explicitamente a constatação, e reafirmação, das diferenças entre suas concepções e as dos “velhos”, fundamentalmente em relação às formas de luta, e especificamente no que se referia à questão do “respeito à legalidade”. As diferenças e a dificuldade de “comunicação” entre os “novos” e os veteranos são atribuídas à uma “falta de reciclagem” dos “velhos”, mas se reconhece, contudo, a dificuldade dos “novos” em compreender a “realidade” da outra geração.

Há uma diferença muito grande entre a gente e os velhos, uma distância muito grande e uma cobrança mútua. Tem muitas divergências políticas. Muitos deles continuam tendo a visão política de mil novecentos e antigamente, não conseguem se adaptar à realidade de hoje. Eles não se reciclaram, não absorveram novas concepções. Muitos de hoje também não conseguem entender o que era a realidade deles antigamente. Tem essas diferenças... até nas formas de luta, nas formas de uma série de coisas. Alguns deles ainda com uma visão do pré-64 acham que a coisa deve ser muito legal, dentro da legalidade... hoje em dia o movimento sindical está muito pouco preocupado com a questão da legalidade...” (Novo militante)

Entretanto, ao contrário do que supõem os velhos militantes, os novos militantes demonstraram conhecer <sup>28</sup> e até mesmo “reconhecer à sua maneira” o sindicalismo do pré-64. Reivindicam mesmo alguns marcos daquela época. Não aquele dia 12 de novembro reverenciado pelo velho militante, mas os momentos de maior enfrentamento ocorridos no início da década de 1960, como a participação dos metalúrgicos nas greves gerais de 61 e 62 e a assembléia dos marinheiros no sindicato às vésperas do golpe de 64. Tal reconhecimento porém muitas vezes era acompanhado da crítica ao fato do sindicato “não ter criado mais fatos que extrapolem o oficial”, significativamente concebidos como aqueles que “ficam na história”.

Por outro lado, a demarcação de descontinuidades e diferenças com o passado não era permanente no discurso dos novos militantes. Significativamente ela não estava presente nas publicações do sindicato de um modo geral, nem no material das campanhas eleitorais. Ao contrário, durante a campanha eleitoral de 87 os integrantes do “novo sindicalismo” buscaram se diferenciar fundamentalmente dos setores que estiveram à frente do sindicato nos anos 70 e 80<sup>29</sup>, classificados sob a rubrica de “pelegos”, apresentados inclusive como aqueles que destruíram muitas das conquistas do pré-64<sup>30</sup>. Havia até mesmo uma “reivindicação do velho sindicalismo”, como vemos no trecho abaixo:

Em 1917, os metalúrgicos construíram o nosso sindicato. Ele nascia no interior de um amplo movimento que desembocou na primeira grande greve geral das classes trabalhadoras. Trinta e cinco anos depois os metalúrgicos iniciaram uma campanha para a construção da nova sede, cada trabalhador doou um dia de trabalho e assim o prédio foi levantado. Em 1964 a diretoria do sindicato foi cassada, as organizações de fábrica perseguidas, mas o sindicato sobreviveu. Os metalúrgicos enfrentaram o regime militar e conquistaram em 66 as eleições diretas para a sua direção. Estes são alguns dos episódios da história do nosso sindicato, suficientes para demonstrar o quanto a categoria lutou para manter o que nós herdamos. Nos últimos anos os pelegos praticamente arruinaram o sindicato.”<sup>31</sup> (Meta, outubro de 1987)

Havia, portanto, não somente um reconhecimento, mas uma valorização do passado de luta dos metalúrgicos e uma perspectiva de retomada da “tradição de luta”. A manchete da primeira edição do jornal Meta após a posse da diretoria em 1987 explicita a busca desta continuidade: “Renasce o sindicato de luta”.

Tal “tradição de luta” era definida primeiro por referência ao passado mais longínquo do sindicato, os tempos heróicos, cujo marco principal é “a greve geral de 1917”,<sup>32</sup> o que mais uma vez aponta para a valorização que os novos militantes atribuem aos momentos de maior enfrentamento. Entretanto, o período imediatamente anterior ao golpe de 64, como vimos no trecho acima citado, é incluído nesta “tradição” através de

<sup>28</sup> Ao que tudo indica, este conhecimento do período anterior a 64 resulta mais de um processo de transmissão ocorrido ao nível da fábrica do que do contato dos novos com os velhos militantes organizados no Grêmio dos Veteranos.

<sup>29</sup> Setores identificados com a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e, posteriormente, com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

<sup>30</sup> Para uma análise do Sindicato dos Metalúrgicos, neste período, ver Francisco P. Martinho, *À Sombra das Tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Transição Democrática (1974/1985)*, Niterói, UFF, Dissertação de mestrado, 1994.

<sup>31</sup> SMRJ, *Meta*, out. 1987.

<sup>32</sup> Processo de ascenso operário durante o qual foi fundada a entidade, em 1º de maio de 1917. Esta data, e não o “12 de outubro” dos “velhos”, foi consagrada pelos novos militantes em suas comemorações e celebrações dos episódios importantes na história da categoria.

várias referências, como a construção da sede do sindicato e o fato de os metalúrgicos terem “enfrentado o regime militar”.

Essa tradição é uma importante referência simbólica, que informa as lutas atuais, como aparece no trecho abaixo, que se refere à necessidade de se “resgatar a dignidade e o respeito da categoria no país”.

Nós metalúrgicos temos uma tradição de luta que entrou para a história do país. Para que isto não se perca, precisamos levar à frente o movimento com nosso exemplo de resistência, luta e organização. Este é o caminho que permitirá resgatar o respeito e a dignidade dos metalúrgicos e de todos os trabalhadores.<sup>33</sup>

As referências às conquistas do passado, algumas herdadas, outras perdidas com o golpe de 64, parecem mesmo funcionar como parâmetro de avaliação do presente e até mesmo informando algumas de suas reivindicações. A liberdade de organização nas fábricas e a estabilidade no emprego, perdidas a partir de março de 1964, são exemplos significativos neste sentido, explicitamente referidos pelos novos militantes como direitos a serem reconquistados e reivindicados de forma persistente. Além dessas perdas, são citadas outras conseqüências do golpe militar: “perda da dignidade da categoria” e, como aparece no depoimento abaixo, diminuição do nível da organização dos trabalhadores.

O golpe de 64 foi um atraso em tudo ... De lá pra cá foi uma perda muito grande. As medidas de repressão política obrigaram o trabalhador a não se organizar. Muitas organizações acabaram, pessoas morreram... foram demitidas... Por mais que tenha os exemplos, tivemos que recomeçar de novo. Perdemos anos e anos de organização, voltamos muito tempo'. (novo militante)

Assim, os acontecimentos de 1964 aparecem para as duas gerações como um “divisor de águas”: para os “velhos”, a sensação de um certo “apagamento” de seu passado de lutas, para os “novos” a sensação de ter “perdido anos e anos” e de “ter que recomeçar”.

### ***Memória, tradição e ruptura***

A investigação sobre a história do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, sobre as representações e práticas de seus velhos e novos militantes e da visão que uns fazem dos outros, nos forneceu alguns elementos para reflexão sobre as relações simbólicas entre o “velho” e o “novo” sindicalismo, bem como sobre a memória de um grupo social recortado em gerações distintas, em virtude das profundas mudanças ocasionadas pelo golpe de 64.

Por um lado, identifica-se a existência de uma memória das lutas do período pré-golpe, presentificada, aliás, pela própria existência do Grêmio de Veteranos no sindicato. Como vimos, a memória destas lutas e de suas conquistas de alguma maneira se perpetuou entre os novos militantes, seja através do contato – ainda que pequeno – com estes velhos militantes no sindicato, seja por meio do convívio com os trabalhadores mais velhos ainda na ativa no interior das fábricas.

---

33. SMRJ, *Meta*, nov. 1988.

Mais que isto, como pudemos observar, as lutas e conquistas dos operários no pré-64 de certa maneira funcionam como “parâmetros” de avaliação da realidade por eles vivenciada no presente. Em um certo sentido, é por referência a este passado de muitas conquistas, de relativa liberdade e de reconhecimento da cidadania dos operários que os novos militantes avaliam sua situação atual como sendo de profunda exploração, subordinação e exclusão. Não por acaso, os novos militantes têm a percepção de que a categoria sofreu muitas perdas desde 1964: perdas salariais, perda de uma relativa liberdade de organização e também perda da “dignidade”. Não somente perdas materiais, mas também simbólicas.

É inegável, portanto, a importância das experiências passadas e da referência simbólica da “tradição” pré-64, para a avaliação da situação desses trabalhadores e para a sustentação da continuidade de sua resistência. No sentido apontado por Barrington Moore Jr., os metalúrgicos possuem a referência de padrões do passado com os quais podem condenar o presente.<sup>34</sup>

Vimos também que, por vezes, os novos militantes reivindicavam o sindicalismo pré-64, procuravam estabelecer uma continuidade com aquele passado, apresentando-se mesmo como aqueles que pretendiam resgatar a “tradição de luta”. Este resgate entretanto era seletivo, atendo-se apenas aos momentos ou aspectos da vida sindical com os quais se identificavam os “novos” apresentando, por assim dizer, uma “memória seletiva”. Reverenciavam apenas alguns marcos, não todos aqueles reverenciados pelos militantes do pré-64.

Poderíamos dizer, então, que o “resgate da tradição de luta” se faz mediante uma “reapropriação” e “reinterpretação”, inclusive do sentido da palavra “luta”. Como vimos no decorrer de nossa exposição, há uma série de diferenças entre as representações e o “sentido” das práticas de velhos e novos militantes, fundamentalmente no que diz respeito às “formas de luta”, sendo algumas destas diferenças demarcadas, às vezes de forma bem crítica, pelos próprios militantes quando se referiam uns aos outros. Os novos militantes em muitos aspectos não se identificavam com a “experiência” dos “velhos” e estes, por sua vez, achavam absurdas certas práticas dos “novos”. Estas diferenças eram inclusive causadoras de um certo “desentendimento” entre eles.

Nesse sentido se poderia dizer que a transmissão da memória e da cultura política da geração do pré-64 para a dos novos militantes, ou em outras palavras, a incorporação da “tradição de luta” do “velho sindicalismo” pelo “novo sindicalismo” no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro não se fez senão parcialmente e mediante muitas “redefinições” e “reinterpretações”. Em primeiro lugar em função do hiato e do “silêncio” forçados ocorridos entre a derrota daquele movimento sindical e a emergência do novo. Em segundo lugar, devido ao condicionamento das profundas mudanças ocorridas no país a partir do golpe de 64, aliás estabelecido pelos próprios militantes (das duas gerações) como um “divisor de águas”.

Caberia aqui a formulação de Adam Przeworski<sup>35</sup>: “as classes são resultado de lutas, mas à medida que lutam transformam as condições sob as quais se formam”. Neste particular, as lutas do período anterior a 1964 tiveram seus desdobramentos, resultaram

---

34. Barrington Moore Jr., "Militância e apatia no Ruhr antes de 1914", in *Injustiça - As bases sociais da obediência e da revolta*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

35. Adam Przeworski, "A organização do proletariado em classe: o processo de formação das classes", in *Capitalismo e Social-democracia*, São Paulo, Companhia das Letras, pp.113.

em uma série de transformações (embora não as desejadas pelos trabalhadores), e alteraram assim as condições em que se formaria a nova geração. Entre as duas gerações de militantes e sua socialização técnica e política, uma série de profundas transformações.

Assim, se por um lado as conquistas e as condições anteriores ao golpe de 64 servem de parâmetro para a avaliação das novas condições, as formas de luta desse período não parecem, aos olhos dos novos militantes, como adequadas a estas novas condições, nem condizentes com suas experiências no presente. A nova geração constrói então novas estratégias e formas de luta para combater sua nova situação. Em seu artigo intitulado "A greve e a ação política", Pierre Bourdieu<sup>36</sup> afirma que as representações e formas assumidas pela luta operária, os meios e estratégias de ação consideradas legítimas e mesmo os objetos de luta dependem das posições e oposições vigentes no "campo das lutas do trabalho", das relações e oposições entre os três agentes que o constituem, a saber, os trabalhadores, o patronato e o Estado.

Partindo desta colocação de Bourdier, poderíamos nos perguntar: que modificações no "campo das lutas do trabalho" teriam condicionado tais redefinições? Que transformações estariam na base das diferenças entre as representações, práticas e mesmo identidades assumidas pelas duas gerações de militantes?

A investigação das representações operárias nos ofereceu algumas pistas, permitindo entrever como relevantes neste processo algumas transformações ao nível da realidade do trabalho nas fábricas e também no contexto político e social mais amplo.

Tal processo de redefinição da identidade e das representações dos militantes e, porque não dizer, a própria constituição destas "duas gerações", guarda relações com as mudanças de ordem política, econômica e social ocorridas a partir do golpe de 64: a suspensão da política de interlocução com a classe trabalhadora, do discurso de valorização do trabalho e do trabalhador, da relativa liberdade de expressão, organização e participação política, enfim, das condições de exercício de uma cidadania operária ainda que regulada. Esse mesmo processo configurou um novo arranjo político que propiciou inicialmente a repressão à classe trabalhadora e, em seguida, a adoção de uma nova política para o trabalho, calcada no fim da estabilidade do emprego e no crescente "arrocho salarial".

Mudanças que por sua vez propiciaram outra série de transformações significativas ao nível das relações no espaço das fábricas, a saber: o aprofundamento da racionalização/tecnificação da produção, mudanças ao nível da organização do trabalho no sentido de um acirramento do controle sobre a força de trabalho e da maior separação entre concepção e execução, enfim, ataque à autonomia e ao relativo controle operário sobre o processo de trabalho vigentes no período anterior.

Desta maneira, o "mundo dos trabalhadores do Brasil" se transformou no "mundo dos peões", no bojo do qual se constituiu a "nova geração de lutadores", entre a tradição e a ruptura, entre a memória do passado e as releituras do presente.

*[Recebido para publicação em julho de 1997]*

---

<sup>36</sup> Pierre Bourdieu, "A greve e a ação política", in *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983.